

FBES: Por um novo modelo de
organização da Economia Solidária

Encontro Regional Sul de Reestruturação do FBES

Governador Celso Ramos/SC, 27 a 28 de fevereiro de 2007

Comissão organizadora Regional do Encontro

Alexandre Tkotz (4 A`s/RESVI/SC)

Andrea Viana Faustino (Trocas Solidárias/SC e NESOL-
UFSC/SC)

Patrícia Pykcoz Freitas (ANTEAG/SC)

Sistematização e Diagramação

Andrea Viana Faustino (Trocas Solidárias/SC e NESOL-
UFSC/SC)

1. Informações Gerais do Encontro

1.1 - Data

27 a 28 de fevereiro de 2007

1.2 - Local

CATRE - Centro Adventista de Treinamento
Governador Celso Ramos/SC

1.3 - Objetivo

Aprofundar os debates sobre o tema: "FBES: por um novo modelo de organização da Economia Solidária";
Construir coletivamente, a partir dos debates prévios nos FEES, as respostas para o roteiro de questões.

1.4 - Programação

terça-feira (27/02)

- 1) Mística de abertura, apresentação e boas vindas
 - 2) Exposição dialogada: *Por um novo modelo de organização da Economia Solidária* (FBES; SENAES; SDT/MDA; Movimentos Sociais: MST, Agricultura Familiar, MDT)
 - 3) Debate
- almoço
- 4) Apresentação e esclarecimentos sobre os documentos 1A - 2A
 - 5) GT's sobre os eixos norteadores 1 e 2
- jantar

quarta-feira (28/02)

- Café da manhã
- 6) Trabalho em plenária sobre o eixo norteador 3
 - 7) Apresentação e debate em plenária dos trabalhos em grupo, eixos 1 e 2
- almoço
- 8) Representação da Região Sul na Coordenação Executiva do FBES
 - 9) Avaliação

Lista de abreviaturas

ES - Economia Solidária
FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FEES - Fórum Estadual de Economia Solidária
FRES - Fórum Regional de Economia Solidária
FMES - Fórum Municipal de Economia Solidária
FCES – Fórum Catarinense de Economia Solidária
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
UNICAFES – União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
SIES - Sistema Informações de Economia Solidária
EES - Empreendimento Econômico Solidário
DRT - Delegacia Regional de Trabalho
CRESOL – Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
MTD - Movimento dos Trabalhadores Desempregados
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PLANSEQ – Plano Setorial de Qualificação em Economia Solidária

PRIMEIRO DIA

terça-feira (27/02)

1) - A mística de abertura e apresentação realizada por Andrea, consistiu em formar um círculo polarizado em circuito (homens e mulheres intercalados de mãos dadas) ao ar livre. Foi solicitado fechar os olhos, respirar profundamente e perceber o ritmo interno, para em seguida, colocar a mão direita sobre o Coração, acalentando-o, e evocando gratidão, alegria, bem estar... através das lembranças de momentos de vitória, conquista, felicidade... preenchido deste sentimento confortável, solicitou-se a cada participante doá-lo, colocando na mão de seu amigo ao lado. Em seguida e, de mãos dadas, cada participante apresentou-se e escolheu a próxima pessoa a se apresentar.

A equipe coordenadora regional do evento, através da Patrícia, sugeriu a aprovação da pauta do evento no período vespertino, após o retorno do almoço para otimizar o tempo, pois alguns participantes necessitaram se ausentar do encontro. Alexandre deu as **boas vindas** a todos.

2) - Exposição dialogada: *Por um novo modelo de organização da Economia Solidária* (FBES; SENAES/MTE; SDT/MDA; Movimentos Sociais: MST, Agricultura Familiar e MTS)

- Daniel Tygel (Secretaria Executiva do FBES)

Em reunião, dias 12 a 14 de junho de 2006, da Coordenação Nacional, debateu-se a respeito de uma série de desafios, onde ficou clara, a necessidade de rever a organização do FBES.

Desde que foi criado o FBES até hoje, houve a aproximação de entidades e movimentos, como a UNICAFES e a agricultura familiar, por exemplo; a realização da 1ª CONAES com a publicação dos anais; a implantação do Conselho Nacional que é um espaço para dialogar as políticas públicas, além de realizar interlocuções entre os ministérios e entre os movimentos; a criação e ações da SENAES/MTE; além de ações de ES em outros Ministérios, bem como as próprias ações do FBES.

Estes acontecimentos mostram, que desde a 3ª Plenária de ES, novos elementos vem sendo incorporados no processo. Antes eram poucos os lugares que tinham organização do movimento de ES. O mapeamento (SIES), facilita a identificação do perfil da ES no país e, nele há um dos gráficos referente a criação e

incorporação de empreendimentos, neste período.

(Neste momento, Daniel pergunta sobre os representantes no FBES dos estados presentes no encontro, ao que o grupo responde:

Em SC, há 3 representantes na Coordenação Nacional do FBES: 1 representante de EES's rural - Alexandre Tkotz; 1 representante de EES's urbano - Antônia Ogliari Talgatti; e, 1 representante de Entidades de Apoio e Fomento/Gestor Público - Patrícia Pykocz Freitas.

No PR, existe representações, mas de conhecimento dos representantes presentes apenas sabem de um Carlos Fontana, que representa os empreendimentos urbanos. Este se encontra afastado da cooperativa e conseqüentemente do FBES

No RS, há 3 representantes mas que não se fizera presente ao encontro.)

Com a criação da SENAES/MTE, houve necessidade da criação do FBES, para realizar a interlocução do movimento da ES com o governo de forma dinâmica.

Há uma série de construções do FBES e precisa rever nosso próprio papel.

Qual é o papel do FBES enquanto movimento no Conselho Nacional de ES? Qual é o papel do FBES enquanto movimento nos FMES, FRES, FEES? por exemplo, muitos fóruns foram criados a partir das iniciativas das DRT's. Como o FBES está se organizando com os FEES? `As vezes a pauta não é a mesma nas reuniões nos níveis estadual e nacional; há dificuldades das instâncias de coordenação em colocar pautas políticas para discussão nas bases; e o fluxo de informações deve ser melhorado.

Na reunião da coordenação nacional do FBES, foi criada uma comissão de reestruturação que elaborou os documentos, bem como, colocou a condição de participação nos encontros de reestruturação, a participação ativa nos FEES e na 1 CONAES, para dar subsídios ao debate.

Precisamos recuperar as questões de fundo político.

Quais são as bandeiras? Que forma de estruturação organizacional precisa ter? Por exemplo, atualmente, a representação é federalista, pois existem 3 representações por Estado.

Em suma, as questões centrais de interesse do FBES precisam ser debatidas: bandeiras, rumos, identidade, papel claro, articulação com o governo e movimentos sociais. Por

exemplo, o FBES tem tido dificuldades em articular-se com outros movimentos sociais estando preso a agenda do governo. Qual é o papel do FBES com outros atores? Por que tem 3 segmentos? Por que esta proporção? Qual deve ser a pauta estadual e nacional?

A intenção dos encontros regionais de reestruturação é "criar um caldo", um acúmulo de idéias, percepções, conflitos e angústias, com vistas a aprofundar o debate e realizar-se uma sistematização no encontro da coordenação nacional do FBES, que irá resultar no tema central da 4 Plenária Nacional.

Na história do FBES, estes encontros regionais de reestruturação, constituem-se na primeira pauta com agenda não tão casada com o governo brasileiro. É um debate interno do FBES, além de tudo uma oportunidade para olhar os principais parceiros.

- Dione S. Manetti (SENAES/MTE)

Não vou me ater a fazer discussão de governo, mas sim apresentar uma opinião sobre o período.

Estamos num momento ímpar da história da ES no Brasil. Viemos de um processo de acumulação capitalista, onde há uma década atrás dizíamos, que se não houvesse qualquer mudança, chegaríamos a barbárie... Pois bem, o caos social chegou. Temos um estado paralelo, no Rio de Janeiro, por exemplo, são as milícias que funcionam. O caos, no que diz respeito ao acesso as questões mínimas de vida.

Isto está vinculado, as transformações que vivemos no mundo do trabalho e da economia. Cada vez mais, temos uma economia centrada na movimentação de capital entre os diversos países. Hoje, vale mais a pena aplicar recursos em paraísos fiscais, do que focar na produção. Em decorrência do nível de mecanização, os investimentos na produção hoje, não significam aumentos de postos de trabalhos. Márcio Pochmann, defende que no patamar tecnológico que vivemos atualmente, as pessoas poderiam trabalhar três dias por semana, quatro horas por dia, o que garantiria a produção. O avanço tecnológico permite isto. Professores de Campinas, debateram de quem é a culpa: é da tecnologia? Não é da tecnologia, pois depende de como ela é aplicada.

Podemos chegar, no Brasil, ao índice de crescimento de 4% a 5 % e, mesmo com este índice não vai haver emprego pra todo

mundo. Os beneficiados do Bolsa Família, por exemplo, não tem condições de conseguir emprego com carteira assinada.

As informações da ONU sobre o Meio Ambiente, no seu relatório "conservador", mostra que daqui há 60 anos a Amazônia virará deserto, no ritmo em que estamos levando a construção da economia. Consideramos uma oportunidade ímpar a relação do movimento da ES com o meio ambiente, produção e pessoa.

Manter em foco, no sentido de refletir sobre: Qual é a alternativa que temos pra apresentar enquanto outra forma de se organizar a maneira de produzir. Quais os limites da atual capacidade de força produtiva real na base?

Qual a diferença da Venezuela e Brasil? Na Venezuela, tem-se, naturalmente um foco de produção, tem-se autonomia em decorrência da produção do petróleo estar nas mãos do governo. Aqui no Brasil, temos uma economia diversificada.

Temos que definir melhor a estratégia da ES, enquanto instrumento importante de inclusão social, pois oportuniza a homens e mulheres que estão fora do mercado, que se organizem para se incluírem na economia e produção do país. A ES é formada por grupos pequenos de produção, que são importantes sim, pois contribuem para a construção da base mercantil no país.

A esquerda é carente de estratégias para disputa econômica, mesmo com colaborações de Celso Furtado e, Milton Santos que ofertam possibilidades. A ES precisa ter claro qual o seu papel para a sociedade. Até o momento, não conseguimos ser referência para as pessoas. O movimento sindical, por exemplo, cumpriu um papel central no processo de democratização do país. E, este fato ocorreu, principalmente, porque havia um fator base de união, ou seja todos serem assalariados. Hoje não é mais a realidade do país.

Temos que abrir a discussão nos nossos fóruns, trazer mais pessoas, mais movimentos sociais e realizar um diálogo completo para unificar uma bandeira comum.

O processo de ampliação da ES no Brasil, do governo Lula com o FBES, cumpriu o papel de fortalecimento, quando o governo assume uma bandeira política e congrega outros públicos que, até então, não faziam parte da construção.

A 1 CONAES, foi um momento importante, pois fechou um ciclo e abriu outro, mais desafiador. Trouxe questões, tais como incorporar os quilombolas; os indígenas; o Movimento dos Trabalhadores Desempregados; o Movimento Nacional dos

Catadores; as mulheres organizadas em redes de economia e feminismo; e/ou a juventude que hoje entra mais cedo no mercado de trabalho e, que muitas vezes não entra, pois não há postos de trabalho.

É este o debate. Todos desembocam no mesmo tema: geração de trabalho e renda e, desenvolvimento local. Somos desbravadores.

Para ser um elemento aglutinador precisamos definir melhor a pauta, a bandeira em comum. Ter claro que governo e FBES tem unidade no mesmo projeto; que os avanços e limites são de todos. Até o momento, não temos uma bandeira política definida, como o movimento estudantil, por exemplo, que reivindicou a meia entrada no cinema. Nós não mobilizamos as pessoas que não tem acesso a informação e formação. As pessoas não vêm, porque a lógica da sociedade que estamos é baseada numa cultura do imediato. Precisamos ter claro que a partir de bandeiras definidas ganhamos pessoas pro nosso projeto.

Que bandeira apresentaremos afim de unificar o povo para a formulação de uma estratégia de construção para desenvolvimento deste país?

Precisamos de ações concretas, uma bandeira real concreta. Para tanto, o diálogo com as pessoas é importante, pois vai nos ajudar a ampliar a base da ES.

Neste período, conseguiu-se avançar muito, no sentido de construir uma política no Governo Federal, com elementos que contribuem na base. Há limites dentro do governo. A ES, passou quatro anos com orçamento que não representa sua dimensão e potencialidade. O MST, quando não tinha dinheiro para Reforma Agrária, foi à porta do Ministério da Fazenda, para manifestar e reivindicar. O Movimento dos Catadores conseguiu para 2007, 35 milhões de reais. Precisamos, aprender com estes exemplos, a ter foco para realizar nossas conquistas.

É importante salientar que muitos Governos Estaduais, eleitos tem identidade política com o projeto de ES e outros abrem espaço. Vamos aproveitar este espaço ou não?

É uma questão fundamental, a qualificação do processo de debate interno. Que também tem limites, por ter uma alta rotatividade, com processos sem sequência, em reuniões, que muitas vezes voltam aos mesmos temas.

Vamos aprofundar reflexões sobre: Qual a nossa concepção de Estado? Qual é a nossa concepção do que é um Fórum? Há concepções diferentes no que se refere ao Fórum: para alguns é

espaço de representação, para outros é espaço de reunião de várias organizações para construir pauta comum. Qual a relação da ES com o socialismo? O que são as Finanças Solidárias? Qual a importância da ES para construção de um projeto de desenvolvimento para o Brasil?

Momentos conflituosos aconteceram por desinformação e imaturidade nossa. Vamos avançar para o próximo período, definindo uma pauta política em comum. Os movimentos sociais vem forte. Unificar a pauta é o grande elemento de unidade.

- Colmar Domingues (SDT/MDA)

O que está em jogo é a construção de outra economia, na qual os trabalhadores tem gestão, ou poder sobre isto. Estamos no fundo discutindo o poder, que vai centrando na questão econômica e de sobrevivência das pessoas, enquanto governo e sociedade civil pra empoderar os trabalhadores.

Neste governo há maior oportunidade para construir uma forma complementar de poder, por parte daqueles que estão fora da esfera do Estado. O poder da sociedade civil engajada pode definir as decisões sociais do país.

É importante criar instrumentos e recursos, afim de fortalecer as organizações dos trabalhadores, para os mesmos contribuïrem no processo de criação.

O Brasil está organizado de acordo com o pacto federativo: União, Estados e Municípios. A SDT/MDA, tem a intenção de avançar além do público já consolidado: assentados da reforma agrária, povos rurais, indígenas e quilombolas e, ainda avançar na forma de organização territorial.

Neste país, há um espaço territorial muito grande, que pode ter diversos recortes menores, constituindo-se em territórios rurais. Tem-se, hoje uma população de 70 milhões de pessoas que vivem em torno da ruralidade. De acordo com estudos do IBGE, há 470 territórios rurais, 26 urbanos e outros intermediários. O Governo precisa pensar política, para desenvolver este público.

No espaço rural a agricultura familiar é prioritária. Desta forma, a SDT trabalha apoiando a formação de colegiados territoriais. Neste processo, a comissão de instalações de território, faz um diagnóstico, decide sobre os investimentos (a SDT trabalha com recursos pequenos), que possam fortalecer no território a gestão social, as redes de cooperação. Não há como

fortalecer se não há redes. Pensa-se, muitas vezes, estar em rede porque as pessoas participam de diversas organizações mas precisa, na prática, otimizar o trabalho em rede.

A dinamização econômica dos territórios, vem trabalhando com o que os próprios territórios definem como geração de renda. Os projetos são financiados sem reembolso. Há necessidade de capacitação sobre organização e planejamento do investimento, crédito, assistência técnica, entre outros.

O MDA possui público e recortes definidos, mas tem instrumentos limitados, portanto quer dialogar mais com a ES. Atualmente, não consegue colocar recursos para o público urbano da ES. Cerca de 64% do público da ES é o mesmo do MDA. É uma obrigação e um prazer, trabalhar juntos, principalmente, no que se refere as feiras, centros públicos da ES, as agroindústrias. Em suma, viabilizar espaços públicos em comum de comercialização. Existe, atualmente, uma negociação entre os MDA e o MTE, para um trabalho articulado no sentido de promover o empoderamento dos trabalhadores.

Pode ser impossível proporcionar trabalho para todo na forma convencional, mas não é impossível construir formas alternativas que possibilitem acesso ao trabalho para todos, com distribuição de riqueza e renda.

Para mais informações, acessar o site: www.mda.gov.br

- Altair Lavrati (MST)

O movimento social deve focalizar a formação. O MST trabalha a ES, a questão da qualidade, de construir a consciência. O MST está propenso a contribuir participando do FEES, que é um espaço de construção digna de vida.

- Genes (Agricultura Familiar)

Nos anos 80 e 90, procurou-se diferenciar os agricultores com poucos recursos. Este trabalho foi realizado, no sentido de reconhecer a agricultura familiar, que é diferente da agricultura patronal. O termo agricultura familiar tem 15 anos. Antes era tudo agricultura, criou-se o termo agricultura familiar e os mecanismos para que a mesma exista.

O CRESOL mostrou que grande parte dos agricultores estava sem acesso aos créditos bancários. A grande maioria dos agricultores não tem estudo, o que faz com que fiquem fora do

processo financeiro, em virtude dos requisitos solicitados. Assim, ficam sem acesso aos recursos públicos.

Criou-se as cooperativas de crédito, o que possibilitou o acesso a movimentação numa instituição cooperativa bancária. Existem, atualmente 50 cooperativas de crédito, com 40 mil associados. Cresce muito o público na linha do crédito da agricultura familiar. Na agricultura familiar, também pode ter pequenas agroindústria, ou agroindústria familiar.

Em função de leis, a UNICAFES, surge para defender as questões legais referentes a agricultura familiar.

Da agricultura familiar, muitos são os produtos consumidos pela população.

Há várias organizações criadas na agricultura familiar, como o sistema CRESOL e a UNICAFES, que estão procurando contribuir e, se inserir nos espaços de ES.

- João Batista (MTD)

O MTD está presente em 10 estados brasileiros. Quer expandir mais a nível nacional e também abrir portas de acesso ao crédito.

O MTD tem com projetos a serem encaminhados como o Consórcio Social da Juventude, onde já estão fazendo sensibilização sobre a ES.

A área rural tem acesso a recursos como o PRONAF, mas a área urbana não tem acesso a quase nenhum recurso. Os desempregados estão excluídos por não possuírem escolaridade e, estão descrentes em relação as soluções para sua situação.

Vamos fazer um Encontro Nacional do MTD e, a ES está convidada, a vir participar no evento e construir juntos soluções para estes problemas.

O CRESOL, o Banco do Povo que tem um caráter social e emancipador, também exclui porque não pode ter nome no SERASA. Criar alguma espécie de aval solidário é importante.

3) Debate

Antônia:

Compartilho com a fala do Dione sobre a necessidade de ter bandeira, de participar de lutas nacionais e movimentos. Saber com quais nos identificamos e, saber qual é o nosso específico. Faz um ano que participo do movimento da ES e, há 10 anos

venho praticando, sem saber que havia uma construção de debate. Participava de debate político que falava da multidão de desempregados e, que o movimento de ES podia ser a porta.

Por mais que tenha passagem, hospedagem etc, para participar das reuniões sinto-me pagando, pois deixo de produzir no empreendimento. A gente, às vezes não consegue compreender tudo o que é falado no macro, e repassar lá no micro. Me faz pensar que estou por fora ou, que no município, não tem do poder público alguém que possa articular. Não me sinto representante urbana dos empreendimentos de SC, no momento em que não consigo fazer articulação com o restante dos empreendimentos. Ou façamos formação de fato pra sabermos o que é ES, ou a gente fica na boa vontade, na ilusão de continuar se encontrando e, só isto. Não me submeto mais a participar de reuniões sem ter as metas claras.

Alexandre e Ana se sentem contemplados pela fala de Antônia.

Richard:

As experiências rurais são excelentes. E precisa discutir o que não está bom.

Precisa de uma visão política ampla. O sistema precisa estar articulado, tendo as identificações e os papéis claros; com transparência na forma de escolher a representação; as bandeiras de lutas a partir dos EES's que estiveram ligados.

Analisando o FBES, é um movimento novo assim como a SENAES e, não tem bandeira, precisa definir conceitos que ainda não estão definidos.

Há dificuldade de compreender que a ES tem além do fim social, fins econômicos: comércio justo, consumo ético, formas de produção, etc. Deve-se compreender que é uma proposta de outro sistema econômico. Neste momento, ver o que se construiu enquanto ações que foram bandeiras dos EES`s, das ONGs, dos gestores públicos, das universidades. Construir a experiência concreta, esta é a bandeira.

O papel da SENAES é estratégico e fundamental nos próximos quatro anos, como articulador das políticas públicas do Governo Federal e movimentos sociais. Além das políticas internas, tem o papel de fortalecer as relações do FBES.

Os documentos do fórum e das oficinas tem avanços no

campo da ES. Ensinar o que é ES e, ir mais além: como se constrói com a ES um desenvolvimento? Este debate deve estar direcionado para educação e autonomia da ES.

Tem discussão local, regional e nacional. O nível de discussão é diferente. Pode-se espelhar na experiência do MST. Resgatar esta discussão pra conseguir visualizar o papel principal do FBES.

Maurício:

O MDA/SC, está se inserindo nos últimos seis meses no FEES, desde a Conferência Estadual. Lanço um olhar externo que pode ser equivocado. Venho participando de vários encontros do FEES e CONAES, Feira Estadual e, percebo que há conflito de como se identifica como ES.

Talvez o grande problema seja ter várias bandeiras, precisa definir qual é prioritária. Os EES`s precisam de assistência técnica, formação, fundos solidários. Como traduz-se em políticas públicas para operacionalizar várias destas bandeiras.

Sinto que há uma certa burocratização das pautas e agendas, pela demanda já oferecida. Falta espaço e tempo suficiente para debate, para análise da conjuntura. Deve-se deixar a agenda do movimento da ES, um pouco mais solta para proporcionar debate.

Muitos Ministérios com várias ações, tem muitas articulações entre eles. E agora, como constrói praticamente? Como planeja e age juntos, a partir, das demandas? Pode-se crescer bastante com ações articuladas e planejadas conjuntamente. Há bandeiras comuns, mesmo na dicotomização entre o rural e o urbano. Parar com esta dicotomização, para avançar em novas políticas.

Sílvia:

Primeiro quero agradecer aos organizadores.

Sobre a bandeira da ES, tem que trabalhar melhor a questão do conceito. A ES é parte de um projeto de desenvolvimento econômico. Não adianta ir na reunião e sair com sensação do vazio. É a questão do método institucionalizado, que pode melhorar.

No RS a bandeira de luta, neste momento, é a lei estadual de ES, para entrar como política de Estado. Como pode trabalhar em

parceria com SENAES e ter continuidade?

Sobre lutas e conquistas: tem muitas! E queremos muito mais. Na questão do trabalho houve muita luta sim. E a gente tem que sair na rua e dizer que quer desenvolvimento econômico sustentável. Temos que discutir sim, se é socialismo ou não.

Vamos deixar de nos tratar como inimigos, somos trabalhadores. Quem são nossos inimigos? Precisa ter nitidez de quais são nossos desafios, nossos inimigos.

Estou feliz por poder estar vendo o MTD, o MST e outros movimentos presentes, pois trabalham com a ES e isto enriquece. A troca dos saberes faz com que enriqueça.

Dione:

Todas as contribuições foram importantes.

Sintetizando, concordo que não pode-se dicotomizar o meio rural e o meio urbano. Porém, o meio rural tem uma série de lutas que permitiu acesso a crédito e outros. No meio urbano tem o SEBRAE. O PRONAF, foi conquistado com muita luta no campo. A reforma agrária precisa avançar mais. O meio urbano não tem isto. O momento histórico atual é de caos no meio urbano. O Presidente da República, indica que haja enfoque na questão urbana. O meio urbano tem centralidade no próximo período. Há uma proposta de elaborar com o Banco do Brasil, uma espécie de PRONAF urbano.

Neste momento tem que ter um foco. Não nos colocar em lados diferentes, enquanto construção de projetos em conjunto. Ter compreensão clara do papel de cada ator da ES. O movimento social tem que impulsionar, pressionar o Estado.

As bandeiras precisam ser aglutinadoras. Queremos continuar a ter as mesmas bandeiras? Ou envolver mais pessoas? Por exemplo, vamos debater sobre as finanças solidárias com a sociedade civil? As pessoas além do movimento da ES, por exemplo, não conhecem. Queremos ampliar o público da ES?

A SENAES não tem bandeiras, porque não é movimento. Tem políticas. Tem que saber ler o que a política da SENAES traduz. Por exemplo, produção comercial e comércio justo, são linhas de unidades que se transformam em ações completas, na prática, que se traduz em alguns projetos que a SENAES desenvolve. Tem que fazer debate. As políticas da SENAES representam o que foi acumulado na plataforma do FBES.

Sobre a agenda burocratizada, pela visão da SENAES, desde

2004, o FBES tem feito a sua agenda a sua vontade. Houve um tensionamento no início da construção destas reuniões, em decorrência do controle exigido pelo Estado, para prestação de contas. Estas reuniões, a princípio, podiam ser coordenadas e planejadas em conjunto pela SENAES e FBES, mas não foram.

O governo Lula quer romper com lógica de setorização do Estado. O programa de feiras da ES, foi feito em parceria com o MDA. Precisamos avançar mais para o concreto.

Daniel:

Agradeço a presença de todos.

A palavra "nós" é uma identidade. Nos detalhes de como construir o projeto, há várias forças/campos no FBES: movimentos da igreja, área universitária, gestores públicos, com diferenciações diversas. Quanto tempo precisamos para construir algo forte com a priorização de bandeiras que além de unificar, possa identificar diferentes vozes que fazem parte do movimento da ES?

Há dificuldades com pautas entre os FBES e os FEES. Há dificuldades com pautas do FBES e governo. Há no FBES uma sobrecarga de responsabilidades: mobilização, copartícipes na criação de políticas públicas. A questão estrutural não está dada. Está em construção. Está no processo de formulação da estrutura.

A questão das bandeiras: concepções do que é bandeira? Como fazer para consolidar o movimento? que bandeira vai usar para colocar a cara para fora...

Sobre os encontros regionais: é o primeiro momento de diálogo sobre nos pensar enquanto FBES. Todos são parceiros do FBES.

Patrícia:

Faço questionamentos para refletir no encontro. Quem é o FBES? Somos nós? Quem somos nós no FBES? Onde está a autogestão no que estamos fazendo Ex: Contratação de uma empresa que não é da ES para organizar um evento da Economia Solidária. Se somos autogestão devemos tê-la nos recursos, utilizar de espaços, produtos e serviços dos empreendimentos da ES. O que estamos fazendo? Existe uma coordenação executiva que responde por todos os estados. Os representantes das regiões

na executiva estão demandando os anseios do coletivo? Como esta coordenação vai tomar decisões se os Estados não participam? Temos que definir, ter clareza do papel do FBES, ter clareza do que somos neste movimento e, principalmente, o que queremos.

4) Apresentação e esclarecimentos sobre os documentos 1A - 2A, por Daniel (FBES)

5) GT's sobre os eixos norteadores 1 e 2.

Foram formados 2 grupos de trabalho, para garantir a representação estadual.

SEGUNDO DIA

quarta-feira (28/02)

Café da manhã

6) Trabalho em plenária sobre o eixo 3

7) Apresentação e debate em plenária dos trabalhos em grupo, eixos 1 e 2

almoço

Obs.: Para facilitar a estruturação do documento, os resultados dos itens 6 e 7 que constam na programação, estão abaixo descritos.

Fortalecimento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – Fase II

Projeto Nº 6160/5015 – Convênio Cáritas Brasileira e Fundação Banco do Brasil

FBES: Por um novo modelo de organização da Economia Solidária

Sistematização do trabalho em grupos
Encontro de Reestruturação – Região do Sul
27 e 28 de fevereiro de 2007

ES=Economia Solidária; FEES=Fórum Estadual de Economia Solidária; FBES=Fórum Brasileiro de Economia Solidária

1. Identidade política

a) Que bandeiras e ações locais e regionais o FEES está defendendo e desenvolvendo?

*** Articulação:**

- Pautar os governos estaduais em prol de políticas públicas para a ES;
- Articulação com os outros movimentos sociais.

*** Marco Legal:**

- Projeto de Lei Estadual da Economia Solidária, de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

*** Fortalecimento da Organização Social da Economia Solidária:**

- Projeto de Fortalecimento dos Fóruns Regionais. Organização de instâncias dos fóruns regionais;
- Feira Estadual, Feiras Regionais e Itinerantes;
- Diálogo com os Órgãos Públicos e articulação de Políticas Públicas;
- Trocas Solidárias (envolvimentos dos Clubes de Trocas no FEES);
- Continuidade do Mapeamento.

***Finanças solidárias**

- Desenvolvimento de um sistema de microcrédito/microfinanças para empreendimentos da eco-sol.

***Formação e Qualificação**

- Rede de formadores;
- Sistematização de informação.

***Sustentabilidade financeira para os foruns**

b) Para o FEES, além destas ações e bandeiras, quais outras seriam prioritárias e por que não estão sendo defendidas e desenvolvidas?

*** Articulação:**

- Aproximação e Articulação com os Movimentos Sociais, grupos de Portadores de Deficiências e detentos;
- Lutar pela inclusão do tema da ES (em pesquisa e formação) nas universidades, pois estamos debatendo relações de trabalho e a construção do domínio do trabalho (humanização do trabalho);
- Economia Social: convencer a academia da importância, difusão de pesquisa.

*** Comercialização :**

- Redes de comercialização;
- A formação dos consumidores para o consumo consciente;
- Por uma cadeia de comercialização solidária completa (de ponta a ponta), em todas as suas instâncias: **produção, consumo, e mercado**
- Ampliação dos espaços de acesso ao mercado, bem como ocupar(disputar) espaços em feiras nacionais financiadas pelo governo federal, para a ES;

*** Meio Ambiente:**

- Trazer de fato as questões de sustentabilidade ambiental para a ES; exemplo: neste local CATRE, o alimento não é orgânico, o suco é artificial, bem como o iogurte, o lixo não é selecionado.

*** Finanças Solidárias e Crédito:**

- Buscar credito compatível com a realidade dos empreendimentos da ES;
- Finanças e crédito solidários, principalmente no meio urbano;
- Investimento para empreendimentos (recursos não reembolsáveis) para fortalecimento por parte dos governos.

*** Difusão de Pesquisas:**

- Buscar qualificar tecnologicamente a ES.

*** Formação:**

- Socialização da informação e construção da rede de formação.

*** Marco legal**

- A necessidade de luta por políticas públicas para a Economia Solidária;
- Luta por políticas públicas principalmente no meio urbano.

*** Visibilidade:**

- Visibilidade da marca, identidade da ES, como ter identidade sem perder a referência nos princípios da ES, disputando por dentro do sistema capitalista; p.ex.: participar de uma feira de empresários sem perder a nossa identidade.

*** Mobilização junto à sociedade**

- Falta do movimento reivindicar, de ir a rua, de mostrar para a sociedade. Não está sendo feito o movimento para fora "que começa a dizer para a sociedade que estamos aqui". Todas as conquistas dos trabalhadores foram para a rua, e não em locais fechados;
- Deixar clara a economia solidária tanto para a sociedade como para o governo. Seu espaço, seu projeto, se colocar no cenário.

OBS: Estamos em construção do Movimento da ES nos Estados e, ainda na organização; e, não na ampliação. Por mais que o FEES exista há um certo tempo, a dinâmica é grande e a regionalização há pouco tempo vem acontecendo e, ainda temos dificuldades de recursos.

c) Quais bandeiras e ações nacionais estão influenciando a atuação do FEES? Como?

A agenda do FBES vai balizando as ações dos fóruns estaduais. Destacam-se as seguintes ações e bandeiras:

*** Marco Legal:**

- Discussão do projeto de lei para fomento da economia solidária;
- Lei do cooperativismo;

*** Fortalecimento da Política Pública de Economia Solidária;**

*** Movimento de Trocas Solidárias;**

*** Campanha Nacional "Economia Solidária Outra Economia Acontece" ;**

- * **Mapeamento;**
- * **Programa Nacional de Fomento as Feiras Estadual;**
- * **Política Nacional de Finanças Solidárias;**
- * **Política Nacional de Formação: (oficinas regionais e nacional de formação)**
- * **Sistema de Informação da Economia Solidária.**

Como:

- As discussões nacionais, têm servido de subsídios para as discussões e ações nos estados (projeto piloto de microfinanças e feiras itinerantes de microfinanças e eco-sol).
- A multiplicidade de eventos nacionais, a melhoria dos canais de comunicação e os recursos alocados direcionados a estas bandeiras, são fatores que contribuem e influenciam a atuação do FEES.

d) Para o FEES, quais bandeiras e ações nacionais devem ser prioritárias para o FBES?

*** Marco Legal**

- Luta da aprovação de leis estaduais e nacionais de fomento à ES.

*** Formação**

*** Finanças solidárias**

- Incluimos a sugestão de que o FBES tenha um fundo próprio de fomento aos EES's.

*** Rede de Cooperação**

- Rede de Comércio Justo e Solidário;
- Consumo ético.

*** Comunicação e promoção**

- Visibilidade da marca e identidade da ES.

*** Programas de apoio à ES**

- Lutar pelo reconhecimento da ES, enquanto porta de saída de programas de transferência de renda, como o bolsa família;
- Lutar pela criação de programas (e ampliação dos já existentes) de geração de trabalho e renda dentro da perspectiva da ES.

E defender com respeito as peculiaridades e todas as Bandeiras levantadas como prioritárias na I Conferência Nacional de Economia

Solidária e no item b) desta seção.

2. Relação com outros atores

2.1 Relação com a sociedade civil

a) Quais são alianças e parcerias construídas pelos FEES para dar conta das ações e bandeiras apontadas pelo item 1? (fazer também uma avaliação de cada uma)

Alianças e parcerias com:

- Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária;
- Entidades de apoio (Cáritas, ANTEAG, ASA), onde houve maior envolvimento;
- Forum Gaúcho de Micro-Finanças;
- Unisol;
- Camp;
- Unisinos;
- Guayí;
- IFIL – Instituto da Filosofia da Libertação;
- ADS/CUT;
- Entidades de apoio históricas do movimento;
- Movimentos sociais (MST; MTD; recicladores; movimento de mulheres);
- Comunidades quilombolas.

Avaliação: O FEES, vem a cada dia se fortalecendo enquanto movimento organizado nos estados. As parcerias citadas acima vêm de formas diferentes, contribuindo com as ações desenvolvidas.

b) Quais são alianças e parcerias construídas pelo FBES para dar conta das ações e bandeiras apontadas pelo item 1? (fazer também uma avaliação de cada uma)

- Não temos conhecimento. Houve debate sobre a necessidade de aproximação com movimentos sociais, no item 3.

c) Como avançar as alianças existentes e ampliar para novas para que o FBES atenda aos desafios da Economia Solidária e para que se constitua de fato enquanto referência nacional da Economia Solidária?

- Ampliando o debate da Economia Solidária nos vários órgãos governamentais e na sociedade civil;
- Fortalecimento da identidade da Economia Solidária;

- Articulação com Deputados Federais – partidos com afinidades;
- Articulação com centrais sindicais;
- Ampliar o debate e a articulação com movimentos sociais (mulheres, quilombolas, indígenas, negros, catadores, segurança alimentar, agricultura familiar, meninos e meninas em situação de rua, MTD, MST);
- Fortalecer o debate com os fóruns locais, regionais e estaduais da ES.

d) Como despertar a Economia Solidária na sociedade civil não organizada (em especial a juventude)?

- Divulgação da campanha nacional de economia solidária na mídia em massa (investindo recursos);
- Colocar o tema da ES nas escolas (educação formal) e educação informal;
- Ter um programa específico para este público, divulgando a ES, especialmente nos programas de geração de trabalho e renda (cooperativas e associações) já existentes.
- Incluir, na Política Nacional em Economia Solidária, ações que perpassem a Educação formal e educação informal, com base nos princípios da educação popular;
- Criar Políticas de fomento para organizações da Economia Solidária;
- Articulação com o movimento estudantil;
- Intensificação os programas de geração de renda e trabalho já existentes, entre eles o PPDLES.

2.2 Relação com o governo federal

0) Relações dos FEESs com elementos do Poder Público

Uma grande parceria que se criou foi com o MDA, que vem acompanhando e contribuindo cada vez mais com o movimento em todos os estados.

- DRT;
- Assessorias de Deputados Federais e Estaduais;
- Governo do Estado (interlocução), onde algumas secretarias e entidades estaduais se sensibilizaram;
- Banco do Estado de Santa Catarina;
- Eletrosul;
- Epagri.

00) Relações do FBES com governo federal

- Ministério do Trabalho (SENAES) e demais ministérios (MDA, MDS e MMA).

a) Como o FEES avalia as ações desenvolvidas em parceria com o governo federal?

*** Dificuldades:**

- Ausência de articulação das ações dos ministérios na ES;
- PPDLES – Projeto de Desenvolvimento Local (tanto da comunicação como da construção);
- Aprovação/ liberação de projetos junto a Fundação do Banco do Brasil;
- Implantação dos centros públicos de economia solidária;
- Mapeamento (fase III): está havendo dificuldades no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina com a entidade executora nestes estados (Unitrabalho).

*** Pontos positivos:**

- Conferência e Feira Estadual;
- Mapeamento, fases I e II;
- Oficinas sobre Formação.

b) Como o FEES avalia a relação do FBES com o governo federal (em especial a SENAES)?

*** Dificuldades:**

- Falta forma de diálogo entre SENAES e o FBES que acaba prejudicando a comunicação com os FEES;
- Alguns projetos e propostas vêm prontos da SENAES para o FBES, sem passar por um processo de discussão mais ampliado com o movimento da ES;
- As informações sobre programas e ações da SENAES chegam muito em cima da hora, acarretando falta de tempo para a circulação das informações e construção dos processos nos estados;
- Na composição do Projeto de Desenvolvimento Local – não houve articulação com o FEES, as decisões e indicações vieram diretamente da SENAES, como a contratação de agentes e gerente para o projeto, muitos deles sem ligação nenhuma com os FEES;
- As parcerias ainda estão frágeis ou tímidas. Não dão conta de atender as necessidades e anseios da Economia Solidária nos estados;

- Muitas decisões não passam pelo FEES, o que dificulta o trabalho e as ações nos estados, gerando insatisfação e desmobilização da organização;
- Relação de dependência financeira do FBES, o que não dá garantia de autonomia do movimento;
- Aprovação e liberação de recursos junto à Fundação Banco do Brasil (Projeto Fortalecendo a Rede/SC);
- A burocracia de liberação de recursos da FBB;
- Implantação dos Centros de Referência (os "centros públicos") – Está sendo tratado diretamente com as prefeituras sem envolvimento dos Fóruns: Estaduais, Regionais e Municipais.

*** Pontos positivos:**

- Conferências de Economia Solidária;
- Mapeamento (GT de Mapeamento);
- Programa Nacional de Feiras Estaduais de ES;
- Construção dialogada da campanha de divulgação da ES;
- Construção das oficinas sobre formação;
- Seminário Nacional de Fundos Solidários;
- Construção do SIES;
- Construção do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário;
- Construção do PLANSEQ.

c) De que forma o FBES deve ampliar suas relações com outras esferas do governo federal?

- Investir na divulgação da economia solidária, e no chamamento destes atores (MTE,MDA,MDS,MMA) para as atividades dos fóruns;
- Aproximação do fórum com o legislativo para articulação;
- Fazer a discussão com outros ministérios, ampliando a articulação e os projetos desenvolvidos, tendo firmeza nas propostas do FBES;
- Implantar uma Política mais agressiva e consistente da SENAES, ampliando assim o fortalecimento da Economia Solidária em todos os Ministérios do Governo Federal;
- Buscar e pressionar pela transversalidade das ações ministeriais.

d) Como assegurar o papel de protagonista do FBES no Conselho Nacional de Economia Solidária? Neste sentido, como impedir a fragmentação de agendas das diversas forças do FBES presentes no Conselho?

- Garantindo a discussão dos temas no FBES;

- Garantindo que todos os assuntos sejam discutidos pelos representantes e defendidos em nome do FBES;
- Tendo identidade com os fóruns estaduais;
- Garantir que o papel do FBES seja propositivo e articulador;
- Garantir uma agenda própria do FBES, para assim trabalhar e articular a agenda do Conselho e do Governo;
- Remunerar os representantes de EES's do FBES no conselho, durante as reuniões do conselho.

2.3 Sustentabilidade e autonomia

a) Como o FBES (incluindo os FEESs) deve se organizar para garantir a sua sustentabilidade financeira, preservando sua autonomia?

- Buscando parcerias governamentais (não sendo exclusiva com a SENAES) e não-governamentais, com a implementação de cadeias produtivas, através de rodadas de negócios, com uma percentagem para o FBES;
- Tendo participação em recursos federais (PPA e PAC);
- Universalizando editais e recursos para que todos tenham acesso (diferentes tipos de movimentos);
- Efetivando a contribuição das bases (entidades, empreendimentos, etc.);
- Campanha de arrecadação – Dia Nacional da Economia Solidária;
- Criando o Fundo Nacional de sustentabilidade do FBES (FAT, LOTERIAS, PAC).

3. Gestão e organização

3.1 Estrutura e funcionamento do FBES

a) As atuais instâncias e forma de funcionamento do FBES (Coordenação Nacional, Coordenação Executiva, GTs, Secretaria Executiva e Plenárias) atendem aos desafios para a Economia Solidária apontados nos itens 1 e 2? Por que?

*** Não atende aos desafios, ou só atende em partes:**

- Falta de diálogo e comunicação entre os atores envolvidos. E quando acontece, a informação chega através de meios como o yahoogrupos que não é eficiente;
- A questão do fator tempo (já citado anteriormente) também é um dificultador, porque acontece um atropelamento de ações;
- Há limites nas participações (por exemplo, reuniões virtuais);

- As representações que compõe as instâncias não participam das reuniões virtuais e presenciais e aí as bases ficam isoladas;
- Atendem em parte, apesar de toda falta de estrutura financeira e de pessoal, pois, busca atender as demandas que surgem. No entanto, as instâncias são complexas e pesadas;
- Deveria garantir-se o fortalecimento das instâncias estaduais, garantir mais autonomia dos FEES's.

b) Como deve ser a organização do FBES (instâncias e forma de funcionamento) para que este possa atender aos desafios para a Economia Solidária apontados nos itens 1 e 2?

*** Organização:**

- Devem existir critérios para que não haja sobreposição de funções por determinadas pessoas;
- A organização deve ser mais horizontal;
- A organização deve ser mais próxima. Aproximando o FBES aos FEES's e estes aos Fóruns Regionais;

*** Participação dos FEES's nos projetos:**

- As indicações de nomes para diversas atividades e projetos do FBES e do governo devem passar pelos FEESs;

*** Compromisso dos representantes:**

- Os representantes escolhidos devem priorizar a sua participação, assumindo as responsabilidades que a "posição" representa.

*** Comunicação:**

- As discussões do FBES devem chegar aos estados em tempo hábil, para que os FEES discutam os assuntos propostos;
- Fazer uma ata com os principais pontos das reuniões virtuais da coordenação executiva. A secretaria executiva faz isso e no dia seguinte disponibiliza para as listas de e-mail de todos os fóruns estaduais;
- Outra possibilidade é de que estes representantes tenham câmeras e/ou microfones para facilitar as reuniões virtuais, visto que algumas das pessoas que participam não tem agilidade para digitar com a mesma rapidez que outros.

3.2 Segmentos e composição

a) A atual composição do FBES em três segmentos (empreendimentos solidários, entidades de assessoria, e gestores

públicos) atende aos desafios para a Economia Solidária apontados nos itens 1 e 2? Por que?

*** Atende:**

- Sim, pois garante a representatividade dos segmentos mais importantes para economia solidária;
- É necessário dar condições para que estes segmentos possam desenvolver um trabalho de base mais consistente;
- É importante também garantir espaços para que os empreendimentos possam se colocar, garantindo assim uma melhor articulação dos mesmos;
- As demandas têm que partir das bases;
- Há um debate sobre a necessidade de maior aproximação com os movimentos sociais, que pode acarretar na criação de novo segmento dentro do FBES. É necessário maior acúmulo para tomar decisões neste sentido.

b) Qual tem sido o papel e a articulação de cada segmento no FEES e no FBES?

- No FEES não há uma articulação por segmento, os encaminhamentos e ações são feitas no coletivo, porém respeitando as especificidades de cada segmento;
- Os empreendimentos que participam do FBES não tem participação efetiva nas deliberações. A maior dificuldade é a grande quantidade de pessoas, que acabam não interferindo e sendo meros expectadores. E também porque falta domínio sobre os temas para estarem se colocando e falando;
- No FBES há uma fragmentação maior, sendo que cada segmento delibera e define ações dentro do seu espaço político, não havendo um envolvimento maior entre os três segmentos. Há disputa por espaço político;
- Mas há um esforço de consolidação da política de Economia Solidária, mesmo com toda a fragmentação, dificuldades e fragilidades;
- Entendemos que a articulação de cada segmento é necessária para o fortalecimento político dos FEESs e do FBES, claro que sem haver fragmentação dos FEESs e do FBES.

c) Qual deve ser o papel e como potencializar as articulações internas de cada segmento para atender aos desafios para a

Economia Solidária apontados nos itens 1 e 2?

*** Gestor público:**

- Articular e fomentar políticas públicas;

*** Entidades de apoio:**

- Assessoria e formação;

*** Empreendimentos:**

- Gestão e proposição.

*** Comentários gerais**

- Pensar de forma conjunta o protagonismo do FBES nas ações da economia solidária no país e fora dele;
- As articulações, primeiramente, devem ser feitas nas bases, com os empreendimentos nas reuniões mensais dos fóruns;
- Criar secretarias executivas estaduais dos FEES's;
- Realizar, nos encontros, momentos específicos por segmento.

3.3 Representação

a) A atual representação nas instâncias do FBES, baseada nos FEESs e nas organizações nacionais, atende aos desafios para a Economia Solidária apontados nos itens 1 e 2? Por que?

No nível Estadual:

*** atende em parte.**

- As representações estaduais no FBES, atualmente, não respondem, necessariamente, as demandas de todo o estado e, naturalmente, acabam representando seu próprio empreendimento ou entidade. Porque existe uma fragilidade das representações, como consequência da falta de discussão com a base. O mesmo ocorre, em parte, devido a própria estrutura da base e da alta demanda de ações locais a serem realizadas. E ainda, porque falta recursos para apoio a participação dos representantes, como por exemplo estrutura adequada (acesso a telefone, uso da internet) nos FEES.

No nível nacional:

- Há um comprometimento da qualidade do debate em avaliar as representações das entidades a nível nacional, pois não há clareza sobre o papel de cada entidade.

b) Qual tem sido o papel e articulação das representações estaduais e das organizações nacionais no FEES e no FBES?

*** No FEES:**

- Onde os FEES têm agido de forma autônoma e autêntica, têm tido um papel de extrema relevância no sentido de dar encaminhamento as ações propostas do FBES;

*** No FBES:**

- Todas as informações disponíveis sobre o histórico do FBES, não foram acessadas por este grupo. Nestes documentos, constam pistas da relação entre o FBES e as organizações. Há, entretanto, necessidade de mais informações sobre as ações, papel e articulação entre as organizações nacionais e o FBES.

c) Qual deve ser o papel e como potencializar as articulações dos FEESs e das organizações nacionais dentro do FBES para atender aos desafios para a Economia Solidária apontados nos itens 1 e 2?

*** FEES:**

- o papel do FEES deve ser, também, de articulação política junto ao FBES;

*** FBES:**

- É necessário definir melhor o papel do FBES.
- Proposta: O papel do FBES deve ser definir estratégias (planejamento estratégico), ter papel político, defender as metas e prioridades definidos na 1 CONAES, bem como as políticas públicas, no Conselho Nacional de ES e em outras instâncias pertinentes.

d) Como deve se organizar a representação nas instâncias nacionais do FBES (composição e critérios)?

*** composição na coordenação nacional:**

- Precisa aprofundar o debate e articulação com os movimentos sociais, para sua participação nas instâncias da ES.

*** composição na coordenação executiva:**

- Precisa haver uma adaptação para atender a atual realidade do FBES e das demandas estaduais. Para tal, é necessário haver uma pessoa remunerada, com acesso a estrutura mínima para exercer suas tarefas e ajuda de custo.

critérios:

- representar toda demanda da articulação estadual/regional e, não somente do seu empreendimento ou entidade ou Estado, quando da participação em conselhos, fóruns e reuniões;
- ao retornar dos encontros disponibilizar informações completas e claras, através de relatórios, seminários, vídeos, fotografias, etc nas reuniões nos Estados;
- ter disponibilidade de tempo, vontade;
- a representação é pelo período de dois anos;
- ser comprometidas, envolvidas e com acúmulos no movimento da ES;
- que tenham participação ativa nas reuniões dos Fóruns Estaduais;
- que a escolha seja feita, num encontro Regional Sul.

*** composição da Secretaria executiva:**

- Como surgiu a figura do articulador, e pelo volume grande de trabalho, há necessidade de ampliar o quadro da secretaria executiva.

*** Outras questões:**

Formato dos documentos para os FEESs

- Este documento tornou difícil uma avaliação mais precisa de todo o processo. Sugerimos que os próximos documentos que tenham este caráter de contribuição dos FEES, venham de forma mais simplificada, e mais objetiva.

8) Representação da Região Sul na Coordenação Executiva do FBES

Alexandre, suplente na representação da região sul na Coordenação Executiva do FBES, e Patrícia representante na coordenação nacional contextualizam o processo de escolha colocando que no 1 Encontro da Região Sul em fevereiro de 2006 escolheu-se um titular e suplente, Carlos- Cooperbotões (PR) e

Alexandre - 4A's (SC). Em maio/2006, Alexandre como suplente participa das reuniões virtuais e substitui o titular na reunião presencial. No início, tinham uma aproximação através de fone 0800. Antes de cada reunião virtual, se comunicavam para acordar a respeito das demandas da região. Porém, há 3 meses, ficaram sem 0800 e, por motivos de indisponibilidade de recursos para realizar ligações, seguiram sem contato. Ainda no Primeiro encontro dos estados do Sul, foi demandado a criação de um e-groups da região sul, este foi criado mas não é alimentado. Não houve a mobilização nos estados para a entrada no egroup mas ainda havia uma comunicação com o Carlos que acabou não mais acontecendo.

Alexandre considera que a região sul ficou prejudicada por não haver comunicação, que acarretou dificuldades de articulação. Como suplente, recebeu apoio da ITCP-FURB que paga o deslocamento para participar das reuniões virtuais, além de poder acessar o micro. Relata, que no começo foi difícil, adaptar-se, bem como posicionar-se frente aos assuntos tratados. Porém, com o tempo se familiarizou e se sentiu mais preparado para chegar na reunião e contribuir mais ativamente. Coloca que adquiriu experiência e está participando, efetivamente, das discussões nas reuniões virtuais. Enfrenta alguns desafios, pois deixa de trabalhar na propriedade para ir até as reuniões em outra cidade. E já aconteceu de fazer esta locomoção e não haver reunião por falta de quorum. Mesmo assim, considera a experiência enriquecedora e valiosa. Coloca que procurou ser útil e contribuir. E, como já tinha conversado com alguns colegas do FCES está com vontade de deixar a representação, pois dificulta seu trabalho no empreendimento, que é onde ganha sua sustentabilidade.

Após as colocação, houve um debate do qual segue o encaminhamento deliberado.

Encaminhamento após debate do grupo:

Até a próxima reunião da coordenação nacional, onde os representantes dos 3 estados farão a discussão da nova representação, Alexandre permanece representando a região sul assumindo como titular na coordenação executiva.

PR e RS se comprometem em fazer a discussão e redefinir seus 3 representantes estaduais.

RS: Richard vai levar discussão para o FEES/RS;

PR: Tatiana levará discussão para o FEES/PR e, verificará se

Carlos permanece como representante do Paraná na Coordenação Nacional.

9) Avaliação

* Esclarecimento sobre a organização do evento:

A responsabilidade para organizar este evento, a princípio, ficou a cargo de Carlos Alberto Fontana -PR, representante da Região Sul na coordenação Executiva do FBES, conforme documentação recebida pelos Foruns estaduais, em novembro de 2006. Assim, o mesmo iniciou a articulação para definição de datas afim de realizar este evento. Porém, a partir de janeiro de 2007 os contatos iniciados pelo FCES com Carlos não foram respondidos, nem por fone, msn ou email.

Em fevereiro, como o encontro seria em Florianópolis-SC, a Script solicitou confirmação de datas e, constatou que estava com problemas para agendar local. Ainda em tempo, o FCES entrou em contato com o FBES, oferecendo ajuda para organizar o encontro. O FBES, ficou de repassar os contatos oferecidos para a Script. A script não fez contato algum com o FCES.

Na sexta feira dia 16/02, Fernanda solicitou a Alexandre que fizesse os contatos para organizar o encontro. Neste contato informou que Carlos Fontana tinha deixado seu cargo de titular e que Alexandre como suplente, precisava assumir.

No dia 21/02, Patrícia e Alexandre receberam mensagem via email do FBES, colocando que os mesmos eram os coordenadores responsáveis pelo evento.

No dia 23/02, Fernanda solicita a listagem dos participantes com horário de chegada; Daniel informa que são 8 representações de cada Estado, e não 11; E ainda, que precisava de 1 pessoa para sistematização e 3 representantes de movimentos sociais. Vale colocar que em novembro de 2006, o FCES em reunião que discutiu o documento de reestruturação elegeu 11 nomes conforme encaminhamento do FBES repassado pelo Carlos. O que causou desconforto ao FCES que teve de negociar as 3 vagas.

Como também não ficou claro, que Alexandre e Patrícia teriam que articular o encontro com os estados de RS e PR, ocorreu outro transtorno, pela busca de informações claras que a própria Script não sabia informar nem mesmo o FBES

Pontos importantes a serem melhorados:

- definição clara de responsáveis;
- autogestão dos recursos para organização.

Obs.: As avaliações do encontro foram colocadas de forma geral, como uma construção coletiva.

* A forma como foi organizada o encontro foi confuso. Não foi utilizado produtos ou materiais e empresas do movimento da ES. Felicidade e satisfação, pelo entrosamento entre as pessoas. Estamos de parabéns pelo resultado dos trabalhos, que resultou um documento consistente. Quando faz encontros regionais, as diferentes realidades e concepções, confronta idéias e percepções diferentes, ajuda a perceber outros olhares, outras formas e isto gera crescimento.

* Houve conturbação para realização do encontro, em decorrência da mudança interna da secretaria executiva. O debate poderia ser mais aprofundado, mas ficou lesado pelo tempo encurtado. A comida boa, instalações boas, porém presença de plásticos. Pensar como vai fazer os próximos eventos, mesmo com esta limitação da CPI das ONGs. Teve que fazer edital grande de todo o Brasil. Saiu um ótimo material de base para colocar pra frente. A cada encontro fica a visão mais clara do contexto do FBES.

* Boa acolhida. Os problemas sempre acontecem nas organizações de eventos. Está confortável participar dos debates, sem estar na organização. A licitação, mexe com toda a estrutura de poder econômico colocada. Já é um avanço propor no projeto que sejam colocados produtos e serviços da ES. Primeira vez que participa de um Encontro Regional. A diversidade enriqueceu o encontro, que foi fluído. Houve evolução grande com a discussão dos textos. Acumulou conhecimento.

*Critica o processo que veio de cima de forma conturbada. Pois desde novembro marca e desmarca as datas, prepara a discussão e não acontece, gera transtorno com a agenda. Isto comprometeu a vinda de algumas pessoas de RS. Os trabalhos poderiam ter sido adiantados, mesmo com os atrasos. Boa estrutura, com limitações de alimentação, cigarro. Garantir que os grupos de ES, possam oferecer prestação de serviços para organização de eventos. Os documentos foram bem debatidos, resultou num bom documento.

